

País deveria ter controle prévio de constitucionalidade, diz professor

Reprodução

Comum na França, o controle prévio de constitucionalidade das leis promulgadas deveria também ser praticado no Brasil. Foi o que defendeu o jurista e professor Arnaldo Wald, em palestra nesta terça-feira (11/11) no Campus Brasil, evento que a Ordem dos Advogados de Paris promove no Rio de Janeiro. Neste segundo e último dia de palestras, advogados brasileiros e franceses debateram o ordenamento jurídico em vigor nos dois países.

Wald afirmou que as comissões de constituições e justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal deveriam exercer o controle de constitucionalidade, mas na prática, o que se vê é aprovação das leis e, anos depois de vigência, o questionamento delas no Supremo Tribunal Federal. A situação, na avaliação do professor, não é a mais adequada.

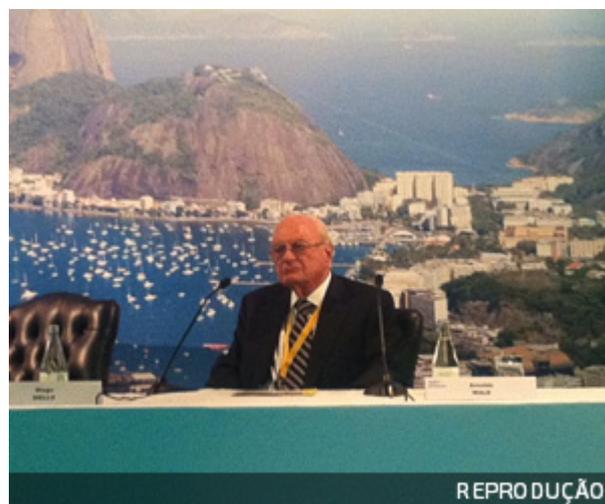
De acordo com Wald, o controle preventivo garantiria maior segurança jurídica. “Uma das grandes inovações francesas e que deveria ser pensada também no Brasil é o controle prévio de constitucionalidade. Aqui, os processos são julgados depois [de sancionados]. Temos certa insegurança, portanto, em matéria de constitucionalidade”, analisou.

Para o jurista, o controle prévio teria de ser adaptado à realidade brasileira. No que se refere ao órgão responsável pelo controle preventivo, por exemplo, ele defende que seja o próprio STF, e não um conselho tal como existe na França. “Essas soluções deveriam ser pensadas em uma próxima etapa da reforma do Poder Judiciário”, propôs.

Cultura da litigiosidade

O jurista destacou ainda os avanços ocorridos no Brasil para reduzir a litigiosidade e assegurar a segurança jurídica das decisões dos tribunais. Ele explicou para a plateia, composta por representantes dos departamentos jurídicos de empresas francesas e brasileiras, que no país prevalece a cultura da litigiosidade.

Segundo Wald, a criação das súmulas vinculantes, no âmbito do STF, e dos recursos repetitivos, no Superior Tribunal de Justiça, foram opções adotadas para dar conta da demanda que atualmente ultrapassam 90 milhões de ações. “Não queremos mais estar no *Guinness Book* como o país que tem mais processos judiciais”, afirmou o professor.





Wald também falou sobre as reformas do Código Civil e do Código Comercial — este último em curso no Congresso. O último dia do Campus Brasil também debateu o funcionamento da arbitragem e o exercício da advocacia no Brasil. O evento foi promovido com o apoio da Seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados, no Copacabana Palace. Na terceira edição, é a primeira vez que o campus da Ordem dos Advogados de Paris acontece nas Américas.

Date Created

11/11/2014